



Câmara Municipal de Vereadores
Concórdia SC

Ofício nº 342/2017

Concórdia, 30 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal -
Brasília - DF

Junte-se ao processado do

PLC
nº 38, de 2017.

Em 05/07/17

07 JUN 2017

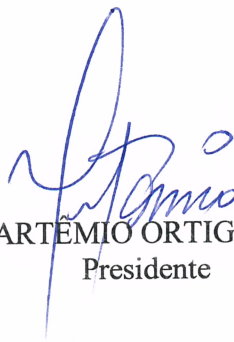
Senador
lidinho
smf

Senhor,

Encaminhamos a Vossa Excelência cópia da Moção 13/2017, de autoria do Vereador Evandro Pegoraro subscrita pelos Vereadores André Rizelo, Edno Gonçalves, Closmar Zagonel e Margarete Poletto Dalla Costa, aprovada na Sessão Ordinária do dia 24 de maio do corrente ano, pelo Poder Legislativo Municipal.

Tal proposição solicita que os senadores que representam o Estado de Santa Catarina no Congresso Nacional rejeitem a PLC nº 38/2017 que altera a consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.425 de 1º de maio de 1990 e 8.212 de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação as novas relações de trabalho.

Atenciosamente,


ARTÊMIO ORTIGARA
Presidente





Câmara Municipal de Vereadores
Concórdia SC
Gabinete do Vereador EVANDRO PEGORARO

MOÇÃO Nº 13/2017

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
ARTÊMIO ORTIGARA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CONCÓRDIA – SC

Os Vereadores que esta subscrevem, apresentam à Mesa Diretora, para que seja submetido à apreciação no Plenário, o envio de Moção de Apelo ao Sr. Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal do Brasil e aos Senadores eleitos pelo Estado de Santa Catarina.

CONSIDERANDO que tramita no Congresso Nacional o Projeto De Lei Da Câmara nº 38, de 2017, de autoria do atual Governo Federal, que "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho." (reforma trabalhista);

CONSIDERANDO que o trabalho em regime de tempo parcial é de até 30 horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares por semana, ou de 26 horas por semana – neste caso com a possibilidade de 6 horas extras semanais;

CONSIDERANDO que o substitutivo altera o artigo 4º da CLT para desconsiderar da jornada de trabalho as atividades que o trabalhador realiza no âmbito da empresa como: descanso, estudo, alimentação, atividade social de interação entre colegas, higiene pessoal e troca de uniforme;

CONSIDERANDO que os trabalhadores poderão fazer acordos individuais sobre parcelamento de férias, banco de horas, jornada de trabalho e jornada em escala (12x36);

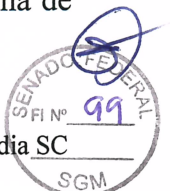
CONSIDERANDO que o trabalho intermitente permite a contratação sem horário fixo e pagamento com base nas horas trabalhadas;

CONSIDERANDO que o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho;

CONSIDERANDO que o projeto retira da base de cálculo do percentual da cota para a contratação de pessoas com deficiência pelas empresas funções "cujo exercício seja incompatível com pessoas com deficiência ou reabilitadas";

CONSIDERANDO que o projeto retira a exigência a homologação da rescisão contratual ser feita em sindicatos;

CONSIDERANDO que a negociação entre empresas e trabalhadores vai prevalecer sobre a lei para pontos como: Parcelamento das férias em até três vezes; Jornada de trabalho, com limitação de 12 diárias e 220 horas mensais; Jornada em deslocamento; Intervalo entre jornadas (limite mínimo de 30 minutos); Extensão de acordo coletivo após a expiração; Entrada no Programa de





2

Câmara Municipal de Vereadores
Concórdia SC
Gabinete do Vereador EVANDRO PEGORARO

Seguro-Emprego; Banco de horas, garantindo o acréscimo de 50% na hora extra; Remuneração por produtividade; Trabalho remoto; Registro de ponto.

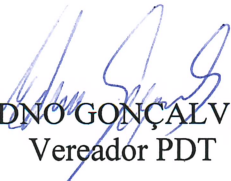
Diante o exposto, MOCIONAM:

PARA QUE OS SENADORES ELEITOS E QUE REPRESENTAM O ESTADO DE SANTA CATARINA NO CONGRESSO NACIONAL, REJEITEM O PLC Nº 38, DE 2017, , QUE ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT), APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, E AS LEIS NºS 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974, 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990, E 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, A FIM DE ADEQUAR A LEGISLAÇÃO ÀS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO.

Concórdia, 10 de maio de 2017.


EVANDRO PEGORARO
Vereador PT


ANDRÉ RIZELO
Vereador PT


EDNO GONÇALVES
Vereador PDT


MARGARETE POLETTTO DALLA COSTA
Vereadora PT


Closmar Zaganel
Vereador PMDB

APROVADO

LIDO NO EXPEDIENTE
Em: 24/5/17


Elisabet F. Antoniak Marchetti
Secretário Administrativo



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 28 de junho de 2017.

Senhor Artêmio Ortigara, Presidente da Câmara
Municipal de Concórdia – SC,

Em atenção ao Ofício nº 342/2017, de Vossa Excelência, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo que sua manifestação foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal em virtude que o PLC nº 38, de 2017, que *"Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 3.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho."*, encontra-se na referida Comissão.

Atenciosamente,


Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa

